

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de 01 a 10.

Trabalho escravo ainda faz cerca de 20 mil vítimas no país, diz MPT

O Brasil ainda tem cerca de 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão e os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta. Quem admite a situação é o Ministério Público do Trabalho (MPT) que lançou hoje (27) uma campanha nacional para sensibilizar a sociedade desse problema que persiste mais de um século depois do fim da escravidão no país. A campanha busca atingir empresários, sociedade e trabalhadores por meio de propagandas de TV, rádio e uma cartilha explicativa.

A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação. “A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo. O trabalho escravo não é só o que tem cerceio de liberdade, pode ser psicológico, moral”, explica Débora Tito Farias, coordenadora nacional de erradicação do trabalho escravo do MPT.

Essa mudança na percepção está levando os órgãos fiscalizadores a encontrar novas situações de trabalho degradante também no meio urbano, como em confecções e na construção civil. A campanha pretende ajudar a sociedade a identificar e denunciar essas práticas. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha. É importante que a sociedade perceba que a comida, o vestido pode ter um componente de trabalho escravo”, afirma o procurador-geral do Trabalho, Otávio Lopes.

Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza. Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadora à condição análoga de escravo. Mais conhecida como lista suja do trabalho, a publicação tem hoje 210 empregadores listados.

Lopes afirma que o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes. “Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando.”

De acordo com o MPT, as parcerias para qualificação do trabalhador estão sendo firmadas com administrações estaduais e locais, de acordo com a necessidade econômica de cada região.

<http://www.pbagora.com.br>, 27 de maio de 2011

1. Sobre as informações presentes no texto, julgue as seguintes assertivas.

- I. Dados divulgados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) confirmam que o número de trabalhadores em regime de escravidão é exatamente 20 mil no Brasil.

- II. A ausência de liberdade e de comunicação são as únicas características de trabalho escravo campestre e urbano previstas nas atuais leis penais brasileiras.
- III. Segundo o procurador-geral do Trabalho, o consumo de produtos de empresas que não zelam pela proteção de direitos dos trabalhadores concorre para o trabalho em condições degradantes.

Está(ão) **CORRETA**(s):

- A. Apenas I.
B. Apenas III.
C. Apenas I e II.
D. Apenas II e III.
E. I, II e III.

2. Sobre o texto, atente para as afirmações abaixo.

- I. Durante a campanha, a propaganda de TV, de rádio e a cartilha são destinadas respectivamente aos empresários, à sociedade e aos trabalhadores vítimas de jornadas exaustivas de trabalho.
- II. Mudanças de entendimento sobre o trabalho em condição análoga à escravidão, nos últimos anos, contribuíram para a identificação dessa prática no campo e na cidade.
- III. O procurador-geral do Trabalho reconhece que a ausência de políticas de formação para o trabalhador é consequência da reincidência do trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão.

Está(ão) **FALSA**(s):

- A. Apenas a afirmação I.
B. Apenas a afirmação II e III.
C. As afirmações I e II.
D. As afirmações I e III.
E. Todas as afirmações.

3. De acordo com as ideias do texto, analise os itens abaixo:

1. A campanha nacional lançada pelo Ministério Público do Trabalho não só visa promover a educação e a conscientização do empregador, do trabalhador e da sociedade, mas também objetiva a capacitação e ressocialização dos trabalhadores.
2. A pressão da sociedade ainda é um fator determinante para coibir a erradicação do trabalho escravo no Brasil.
3. Nos dias atuais, o Ministério do Trabalho tem um cadastro com aproximadamente 210 empregadores explorando trabalhadores na condição análoga à de escravo.

Está(ão) **VERDADEIRO**(s):

- A. Os itens 1 e 2.
B. Apenas os itens 1 e 3.
C. Apenas os itens 2 e 3.
D. Apenas o item 3.
E. Apenas o item 1.

4. “Quando tiramos aquela pessoa da situação de trabalho e não damos uma alternativa de qualificação, não estamos ajudando, estamos enganando.”

Sobre o fragmento acima é **CORRETO** afirmar que:

- A. Todas as orações possuem sujeito oculto.
- B. Há uma oração com sujeito indeterminado.
- C. No predicado da segunda oração, há um objeto direto e indireto.
- D. Os sujeitos das orações podem ser considerados compostos, pois são indicados por verbos flexionados na primeira pessoa do plural.
- E. O sujeito da primeira oração “aquela pessoa” é simples.

5. Leia atentamente os seguintes fragmentos do texto:

- I. “A pressão social hoje é um fator muito importante em qualquer tipo de campanha.”
- II. “(...) o principal problema para zerar o trabalho escravo no Brasil é a reincidência, uma vez que muitos trabalhadores resgatados e não qualificados acabam voltando para a situação que tinham antes.”

As palavras grifadas “muito” e “muitos” são classificadas, respectivamente como:

- A. Advérbio de afirmação e advérbio de intensidade.
- B. Pronome substantivo e pronome definido.
- C. Advérbio de intensidade e pronome indefinido.
- D. Pronome adjetivo e advérbio de afirmação.
- E. Advérbio de quantidade e pronome substantivo.

6. A legislação penal brasileira mudou em 2003 e incluiu condições degradantes de trabalho e jornadas exaustivas como situações de trabalho escravo.

Quanto à análise sintática, os termos destacados podem ser classificados, respectivamente como:

- A. Verbo Transitivo, objeto direto e objeto indireto.
- B. Verbo Transitivo, objeto indireto e objeto indireto.
- C. Verbo Intransitivo, objeto direto e objeto indireto.
- D. Verbo Intransitivo, objeto direto e objeto direto.
- E. Verbo Intransitivo, objeto indireto e objeto direto.

7. Segundo o procurador, a compra de produtos que respeitem a dignidade humana deve ser vista da mesma forma que já ocorre com produtos orgânicos e com a preservação da natureza.

Assinale a opção que apresenta a ideia expressa pela conjunção “segundo” no trecho acima.

- A. Intenção.
- B. Finalidade.
- C. Objetividade.
- D. Causa.
- E. Conformidade.

8. “Atualmente, uma lista do Ministério do Trabalho detalha os empregadores que submeteram trabalhadores à condição análoga a de escravo.”

A opção que justifica o uso da vírgula no fragmento acima é:

- A. Introduz a fala do Ministério do Trabalho.
- B. Marca uma pausa para enfatizar o que é enunciado a seguir.
- C. Separa adjunto adverbial que aparece no início de oração.
- D. Usada para separar uma oração intercalada ou interferente.
- E. Introduz um esclarecimento ou uma síntese do que foi dito anteriormente.

9. “A ideia é mostrar que o trabalho escravo não se configura apenas pela situação em que o trabalhador está preso em alguma propriedade no interior, sem comunicação.”

De acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a opção que justifica a ausência do acento gráfico no vocábulo ideia.

- A. O ditongo aberto ‘ei’ não é mais acentuado em palavras paroxítonas.
- B. O ditongo aberto ‘ei’ de palavras oxítonas não é mais acentuado.
- C. O tritongo ‘eia’ não é mais acentuado em palavras paroxítonas.
- D. Não se acentua mais ‘e’ nas formas substantivas, quando precedido de ‘i’ ou ‘a’.
- E. Não se acentua mais ‘e’ e ‘i’ tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo.

10. (...) os atuais métodos de combate à prática criminosa ainda não são suficientes para zerar a conta

Quanto ao uso da crase, assinale a opção **CORRETA**:

- A. Está incorreto porque o termo regido é uma locução conjuntiva.
- B. Está incorreto porque o termo regente é substantivo feminino.
- C. Está incorreto porque nesse caso a crase é facultativa.
- D. Está correto porque o termo regente exige a preposição ‘a’ e o termo regido admite o artigo ‘a’.
- E. Está correto porque o termo regido é uma locução adverbial de modo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. De acordo com o Art. 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, **EXCETO**:

- A. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- B. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- C. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
- D. Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- E. Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

12. A respeito da liberdade de associação profissional ou sindical, segundo o artigo 8º da Constituição Federal, é **CORRETO** afirmar que:

- A. A lei exigirá autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, permitidas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- B. Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- C. Todos os profissionais serão obrigados a filiar-se ou a manter-se filiados a sindicato.
- D. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- E. O aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

13. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Constituição Federal, Art. 194)

Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **EXCETO**:

- A. Universalidade da cobertura e do atendimento.
- B. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- C. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- D. Equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.
- E. Caráter centralizador da gestão administrativa, restringindo a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, de empresários e de aposentados.

14. Assinale a opção **INCORRETA** a respeito das competências do sistema único de saúde preconizadas no Artigo 200 da Constituição Federal.

- A. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- B. Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- C. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.

- D. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- E. Abster-se do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.

15. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O (Artigo 225 da Constituição Federal)

Para assegurar a efetividade do direito apresentado no artigo acima, são incumbências do poder público, **EXCETO**:

- A. Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- B. Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- C. Dispensar o estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- D. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- E. Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

16. Sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **INCORRETO** afirmar que:

- A. É proibido qualquer trabalho a maiores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- B. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.
- C. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- D. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- E. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

17. De acordo com o Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que não indica uma garantia para efetivação do dever do Estado com a educação.

- A. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, exclusivamente para os que a ele tiveram acesso na idade própria.
- B. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- C. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

- D. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
- E. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- 18.** Assinale a opção que **NÃO** está de acordo com os objetivos do PETI.
- A. Reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direito e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.
- B. Dispersão das relações da família das crianças e adolescentes.
- C. Proteção da criança e do adolescente de todas as formas de exploração do trabalho.
- D. Contribuição para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, oportunizando o acesso à escola formal, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura, profissionalização, bem como a convivência familiar e comunitária.
- E. Garantia de espaços de participação e controle social da sociedade civil no enfrentamento do trabalho infantil.
- 19.** Sobre a oferta do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI (Serviço Socioeducativo), assinale a opção **FALSA**
- A. Este Serviço deve ser realizado em horário oposto ao da escola, por no mínimo 3 (três) horas diárias, constituindo condicionalidade para a transferência de renda às famílias com crianças/adolescentes retirados do trabalho infantil.
- B. A oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI na área rural deverá levar em conta, dentre outras questões, as distâncias entre a residência, a escola e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI para definição de atendimento diário e semanal, contanto que atinjam uma carga horária mínima semanal de 10 horas, distribuídas nos 05 dias da semana.
- C. Nos locais onde o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI não se situa em territórios próximos a residência das famílias atendidas pelo Programa e a criança/adolescente não consegue se deslocar para a frequência, o município deve garantir este acesso com disponibilização de transporte.
- D. Nos períodos de férias escolares há também a interrupção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI não devendo ser desenvolvido por meio de atividades normais ou de colônias de férias, passeios culturais, lazer, entre outros, pois, nesses períodos, não são repassados recursos para a manutenção do Serviço.
- E. Quando houver interrupção do serviço, a situação deverá ser informada com urgência por meio de ofício ao Departamento de Proteção Social Especial ou por meio do email: protecaosocialespecial@mds.gov.br.
- 20.** O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI pode ser ofertado para crianças/adolescentes do PETI em conjunto com crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Não há impedimento para que as atividades do Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos do PETI possam ser compartilhadas com crianças/adolescentes do PETI e outras que estejam em situação de vulnerabilidade social a fim de se evitar segregação. (<http://www.mds.gov.br>)

São orientações adequadas para a oferta de atividades para as crianças de até 06 anos, **EXCETO**:

- A. O Serviço para esta faixa-etária tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF.
- B. O Serviço para esta faixa-etária pauta-se no reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social.
- C. As atividades devem ser constituídas de experiências científicas, culturais e esportivas como formas de envolver as crianças em ações de cidadania e protagonismo, a fim de desenvolver a autonomia intelectual nessa faixa etária.
- D. Para esta faixa-etária as atividades devem ser realizadas em dias úteis, feriados ou finais de semana, com frequência sequenciada ou intercalada, de acordo com planejamento prévio, em turnos de até 1,5h diárias, de forma que não comprometa o acesso à creche e pré-escola e o desenvolvimento infantil.
- E. A formação dos profissionais para atuar com crianças na faixa de 0 a 6 anos merece atenção especial, tendo em vista que atuarão como mediadores no processo do desenvolvimento infantil, exigindo conhecimento de bases científicas sobre o desenvolvimento da criança.
- 21.** A respeito da integração PETI e Bolsa Família, julgue as assertivas a seguir.
- I. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entende que pobreza e trabalho infantil se relacionam mutuamente, sendo inviável a manutenção de dois programas de transferência de renda separados.
- II. A integração trouxe mais transparência aos procedimentos dos dois programas, a identificação das famílias contempladas no Cadastro Único para Programas Sociais, a transferência de renda direta às famílias e o acesso das crianças e adolescentes do Bolsa Família ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- III. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Família foram integrados mesmo sem manter as especificidades e objetivos de cada programa, resultando, de forma clara, a sobreposição do segundo sobre o primeiro.
- IV. Embora os dois programas ajam de forma conjunta, apenas o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), diferentemente do Bolsa Família, busca a inserção das famílias em projetos, serviços e ações socioassistenciais que visam à preservação dos vínculos familiares e da convivência comunitária.

Está(ao) **VERDADEIRA**(s):

- A. Apenas I e II.
- B. Apenas II e IV.
- C. Apenas III.
- D. Apenas III e IV.
- E. Todas.

22. Sobre o Centro de Referência de Assistência Social, julgue as afirmativas como verdadeiras(V) ou falsas(F).

- I. O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).
- II. O Cras atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.
- III. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o Cras possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.
- IV. O principal serviço ofertado pelo Cras é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), cuja execução é obrigatória e exclusiva.

A sequência **CORRETA** é:

- A. F, V, F, V.
- B. V, F, V, F.
- C. V, V, F, V.
- D. F, F, V, F.
- E. V, V, V, V.

23. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. (<http://www.mds.gov.br>)

Sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) é **INCORRETO** afirmar que:

- A. O Paif tem como público famílias em situação de vulnerabilidade social.
- B. São prioritários no atendimento os beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade.
- C. Suas ações são desenvolvidas por meio do trabalho social com famílias, apreendendo as origens, os significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas, contribuindo para sua proteção de forma integral.
- D. O trabalho social do Paif deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e

proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço.

- E. As ações do Paif devem possuir caráter terapêutico.

24. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

(<http://www.mds.gov.br>)

Assinale a opção **INCORRETA**.

- A. O Creas deve, ainda, buscar a construção de um espaço de acolhida e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares.
- B. Um dos objetivos da oferta de atendimento especializado e continuado nos Creas é contribuir para a proteção imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à preservação de sua integridade física e psicológica.
- C. O Creas oferta acompanhamento técnico especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida.
- D. O atendimento é ofertado exclusivamente nas próprias instalações físicas do Creas, pois não há a previsão de recursos financeiros e humanos para o atendimento por meio do deslocamento das equipes em territórios e domicílios.
- E. Os serviços ofertados nos Creas devem funcionar em estreita articulação com demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outros órgãos de Defesa de Direitos e do Sistema de Garantia de Direitos, com o intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social às famílias e indivíduos.

25. Assinale a opção que **NÃO** condiz com as atribuições do Orientador do PETI.

- A. Manter estreita relação com familiares das crianças procurando estimular a participação dos mesmos no processo de desenvolvimento das crianças.
- B. Estabelecer constante intercâmbio com as equipes das Proteções Sociais (CRAS e CREAS), como subsídio ao acompanhamento das crianças e familiares, assim como ao planejamento e avaliação dos resultados.
- C. Assumir a interlocução entre a prefeitura, o MDS e o Estado para a implementação do PETI e das equipes das Proteções Sociais (CRAS e CREAS).
- D. Participar de atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo.
- E. Colaborar para o fortalecimento da rede socioassistencial contribuindo para o estabelecimento de parcerias com a comunidade.